

A ÍNDIA TORNA-SE UM ESTADO DE VIGILÂNCIA E O BIS RECOMENDA ISTO COMO UM MODELO

Posted on 28. Februar 2020

Um ponto de vista de Norbert Häring.

O Banco de Compensações Internacionais (BIS), o poderoso banco central dos bancos centrais da Basileia, publicou um documento encomendado pelo próprio chefe, o que é escandaloso em mais de um aspecto. Ela defende a adoção mundial da abordagem do governo indiano para o intercâmbio de dados. Isto destina-se a privar um bilião de pessoas da sua privacidade.

O governo indiano sob Narendra Modi não é um governo qualquer. É um governo nacionalista hindu raivosos que está actualmente a assediar a minoria muçulmana e, tal como a China, está a usar a vigilância intensiva e a violência policial para contrariar os seus protestos. Mas o BIS e o seu Secretário Geral não contestam isto.

O documento, escrito por quatro economistas do BIS, é intitulado "The design of digital financial infrastructure: lessons from India" ("O design da infra-estrutura financeira digital: aprendendo com a Índia"). As letras pequenas revelam o fundo. Os autores gostariam de agradecer ao Diretor Geral do BIS Augustin Carstens pela sua contribuição sobre o tema. Eu li isto como: 'Não queríamos escrever esta embaraçosa peça de propaganda de vigilância, o nosso chefe pediu-nos para o fazer'.

Aprendemos também em letras pequenas que "o núcleo do jornal foi desenvolvido a partir de uma conversa no escritório do Nandan Nilekani em Bangalore". Então Carstens enviou vários de seus funcionários à Índia para que Nandan Nilekani lhes dissesse o que escrever sobre a escandalosa base de dados biométricos centralizada Aadhaar e a abordagem indiana à troca de dados. Não admira que a peça completamente distante esteja cheia de termos de marketing utilizados pelo governo indiano para promover o seu projecto.

O chefe do BIS Augustin Carstens é um ex-banqueiro central mexicano e gestor sénior do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele é um Chicago Boy, um dos muitos economistas latino-americanos treinados em Chicago que estão profundamente imersos no pensamento radical do mercado de Chicago. Ele é membro do Grupo dos Trinta (G30), fundado pela Rockefeller, no qual banqueiros centrais se reúnem à porta fechada com representantes de alto nível de instituições financeiras privadas. Enquanto o Banco Central Europeu se retirou deste grupo, aparentemente sob pressão do Provedor de Justiça da UE, o chefe do BIS parece considerar que a sua adesão não suscita problemas. Como muitos outros representantes proeminentes do G30, ele é um defensor da "inclusão financeira" e de medidas contra o uso de dinheiro.

Nandan Nilekani é um bilionário indiano de TI. Ele tem liderado o projeto Aadhaar do governo desde 2009, um sistema que atribui um número de identificação único e biométrico a todos os cidadãos, a ser usado para todos os fins, por agências governamentais, bem como por bancos, seguradoras, médicos, etc. Quase todos os índios foram agora forçados a entrar neste sistema. Antes de ser autorizado a realizar a digitalização e levantamento de cidadãos para o Estado, Nilekani não só fundou e gerenciou uma grande empresa de TI (Infosys), mas também o lobby indiano de TI, e foi membro da diretoria da fundação do lobby das maiores corporações multinacionais, o Fórum Econômico Mundial. Aadhaar é assim o filho intelectual de um defensor das empresas de TI indianas e internacionais que mais se beneficiam com os dados gerados.

Um identificador de propósito geral para permitir a agregação de dados

Como Nilekani é o criador e permanece um ardente defensor de Aadhaar, não é de admirar que o jornal do BIS descreva Aadhaar como se fosse o maior pão fatiado desde a sua invenção, em vez do grande ataque à privacidade dos cidadãos que os críticos vêem nele. O jornal ignora completamente os muitos e grandes escândalos que envolvem o sistema, e apenas menciona as críticas de passagem, combinadas com a afirmação grosseiramente falsa de que os críticos não questionam Aadhaar fundamentalmente, mas apenas defendem melhores leis de proteção de dados.

Escândalos incluem vazamentos de dados que afetam milhões de pessoas e revelações de que o acesso a toda a base de dados estava disponível no mercado negro por alguns dólares. Ao contrário de uma senha, você não pode alterar suas impressões digitais ou o padrão da íris se seus dados tiverem sido invadidos. Milhões de pessoas não receberam ajuda alimentar do governo ou salários de esquemas de criação de emprego porque, por exemplo, as suas impressões digitais eram ilegíveis devido a trabalhos manuais pesados, fraudes ou leitores biométricos com mau funcionamento.

Nos países europeus, os governos falharam com tentativas de criar arquivos centralizados semelhantes com identificadores únicos para todos os fins, porque os tribunais constitucionais decidiram que eles violam a proteção da privacidade dos cidadãos. Nos EUA, as pessoas nem sequer têm cartões de identificação emitidos pelo governo por tais razões. O Tribunal Constitucional indiano decidiu em várias ocasiões que é inconstitucional fazer de Aadhaar uma condição para receber pagamentos ou serviços do governo. O governo simplesmente ignorou isto e foi em frente.

A posse de dados é ótima para os consumidores!

Aadhaar é um dos pilares da Índia Digital que os economistas do BIS elogiam como modelo. Outro é a partilha de dados com consentimento. Na Alemanha este conceito perverso é propagado sob o termo "propriedade de dados". Enquanto o "Financial Times" se preocupa e manchaete "Índia: Modi's BJP está a apresentar o Big Brother?" (Índia: Modis vai apresentar o BJP Big Brother?), o BIS apresenta os planos indianos exclusiva e completamente sem qualquer crítica, como algo bom para os consumidores:

Capacitar o indivíduo através de uma estrutura de partilha de dados sujeita a consentimento: a Índia oferece lições importantes que são relevantes tanto para as economias desenvolvidas como para as economias emergentes e em desenvolvimento. O 'caminho-de-ferro' do intercâmbio de dados foi concebido para impedir a apropriação de dados pelo Estado ou pelo sector privado e, em vez disso, permitir que consumidores e empresas se beneficiem dos seus próprios dados. Nesta infra-estrutura financeira digital, os consumidores podem - através do controlo do acesso e gestão dos seus próprios dados - fazer negócios no mercado sem comprometer a privacidade. Ao mesmo tempo, a infra-estrutura oferece meios convenientes de intercâmbio de dados, quando necessário ... O desafio é criar uma estrutura que permita aos clientes aceder e partilhar facilmente os seus dados pessoais, de modo a ultrapassar as assimetrias de informação e a falta de confiança... Os caminhos de dados digitais podem ajudar os consumidores a fornecer provas de rendimento, fornecer às empresas provas de rendimento e oportunidades de ganho, e assim melhorar o acesso ao crédito e a outros serviços financeiros.

Isto destina-se a melhorar a situação actual, supostamente problemática, em que os dados sobre os cidadãos são recolhidos pelo governo e por entidades privadas em bases de dados separadas e não utilizáveis em rede, cada uma das quais incompleta. Tudo isso é apenas para o bem dos consumidores, que são fundamentalmente pouco confiáveis e desconfiados e que, portanto, precisam urgentemente de uma chance de abrir mão de sua privacidade por completo. Eles têm a chance de se comprometerem a se tornarem completamente transparentes para o outro lado em uma transação. A espinha dorsal da infra-estrutura, para que todos possam se submeter voluntariamente a este sistema de vigilância completa, são os chamados agregadores de contas, que simultaneamente têm acesso a todas as informações armazenadas em todas as instituições participantes sobre todas as pessoas que têm um número Aadhaar:

Para este fim, em 2016, o (Reserve Bank of India) RBI criou o quadro legal para uma classe de instituições de confiança de dados regulados, os chamados agregadores de contas, que permitem o intercâmbio de dados de clientes dentro do sistema financeiro regulado com o conhecimento e consentimento do cliente. ... Isso ajuda um fornecedor de crédito, consultor

financeiro ou vendedor de outros serviços financeiros que precisa de dados sobre um cliente potencial para decidir se deve entrar em uma transação com esse cliente. Em vez de pedir informações ao cliente numa base bilateral ou através de instituições especializadas, como as agências de crédito, elas submetem o pedido de informações ao agregador de contas juntamente com o ID virtual do cliente. Antes de a solicitação ser encaminhada às instituições financeiras que possuem os dados solicitados, o agregador de contas informará o cliente através do aplicativo sobre a solicitação da empresa e solicitará ao cliente o consentimento para a divulgação dos dados.

Uma vez que as bases de dados centralizadas, especialmente aquelas sob controle estatal, têm sido consideradas por vários tribunais constitucionais incompatíveis com a proteção da privacidade, a abordagem adotada aqui é a de emular uma base de dados central através de um sistema de bases de dados em rede, todas operando com o mesmo número de identificação único para indivíduos. Isto é tão bom quanto uma base de dados central, mas mais difícil para os tribunais proibirem.

O alegado objectivo é permitir que pessoas com menos papelada obtenham crédito ou seguros, ou - dito de forma menos educada - permitir que os bancos e companhias de seguros resolvam mais facilmente os clientes pouco atraentes. Isso justifica realmente forçar todos os cidadãos a participar no processo de recolha de tudo o que se conhece sobre eles num sistema equivalente a uma base de dados central - uma base de dados que pode ser acedida por qualquer pessoa um pouco mais poderosa do que eles?

O Governo da Índia (e o BIS) alegam que a condição de consentimento para a transmissão de dados é uma protecção fiável da privacidade do indivíduo. Isto é obviamente um disparate, como qualquer pessoa que tenha tentado navegar na World Wide Web e não aceite cookies sabe. A escolha é aceitar regularmente a transferência de dados e receber um serviço ou informação, ou preservar a sua própria privacidade e ir embora de mãos vazias.

Consentimento como Cavalo de Tróia

A exigência de consentimento para partilhar dados nada mais é do que um cavalo de Tróia para abolir a privacidade com a aparência de voluntariedade. Uma vez criada esta infra-estrutura de partilha simples e "voluntária" de dados agregados, qualquer pessoa que queira qualquer forma de crédito deve concordar com a partilha dos seus dados. O mesmo se aplica a qualquer pessoa que queira fazer um seguro. Nenhuma companhia de seguros tem um incentivo para se abster de pedir esta informação se todos os outros a quiserem. Aqueles que renunciam atraem os maus

riscos para si mesmos, que outros não querem segurar, enquanto outros seguram os bons riscos.

Como os autores do BIS salientaram, as aplicações potenciais vão muito além do sector financeiro. Quando você se candidata a um emprego, seus potenciais empregadores irão pedir sua permissão para acessar qualquer informação que tenha sido coletada e armazenada sobre você, voluntariamente, é claro. Você é livre para decidir se quer ser contratado e contar tudo sobre você ou se quer manter sua privacidade e estar desempregado.

Os senhorios também têm um interesse compreensível em saber que tipo de pessoa quer alugar o seu apartamento. Os candidatos a aluguer são livres de escolher se querem manter a sua privacidade e viver na rua ou se querem desistir da sua privacidade e ter um lugar para dormir.

Os cuidados de saúde também são mencionados como uma área de aplicação. Os clientes podem querer partilhar toda a sua informação de saúde com alguém com quem estejam em contacto, dizem eles. Quem poderá ser? Mais uma vez, as seguradoras e potenciais empregadores vêm à mente primeiro. Não seria ótimo se os consumidores pudessem facilmente e de forma confiável compartilhar seu histórico médico completo com uma seguradora ou empregador para conseguir um seguro de saúde ou um emprego que de outra forma não conseguiriam? Talvez não. Afinal, há todas aquelas pessoas que as seguradoras e os empregadores ficariam muito felizes em discriminar se soubessem tudo sobre elas. E há pessoas que simplesmente não querem ser obrigadas a ficar completamente nuas umas com as outras só para conseguir um serviço, um emprego ou um apartamento.

O Fórum Económico Mundial envia os seus cumprimentos

Talvez não por acaso, dada a estreita ligação do Nilekani ao Fórum Económico Mundial, o projecto de intercâmbio de dados indiano é muito semelhante ao programa "The Known Traveller" que o Fórum Económico Mundial desenvolveu para que as autoridades fronteiriças pudessem monitorizar melhor os viajantes. Eu tinha relatado isso no artigo "O Fórum Econômico Mundial torna realidade uma visão totalitária de horror" em 2018.

O objectivo era encorajar os viajantes a preencher uma base de dados com informações sobre si próprios que possam ser de interesse para os guardas de fronteira, tais como histórico de viagens, dados bancários, alojamento em hotéis, reservas de aluguer de automóveis, documentos de universidades, gabinetes governamentais, etc. Se quisermos atravessar uma fronteira, "voluntariamente" damos às autoridades acesso a esses dados com antecedência, para que elas possam convencer-se de que somos inofensivos. Se tivermos sido suficientemente diligentes na

recolha de recibos digitais, estamos autorizados a passar as filas de espera de outros viajantes.

O plano de implementação elaborado pela Accenture, semelhante ao actual conceito indiano, afirmava que o conceito tinha um grande potencial para além das viagens. Uma vez estabelecido o auto-monitoramento na fronteira, os cidadãos também poderão fornecer voluntariamente os dados que coletam "para uso diário" na interação com empresas e agências governamentais. Os exemplos citados foram saúde, educação, banca, ajuda humanitária e eleições.

Sob a liderança da Accenture, o Fórum Económico Mundial também tem de desenvolver uma estrutura para utilizar o conceito para além das viagens. O objectivo é ligar dispositivos conhecidos a pessoas conhecidas de uma forma completamente fiável. O objetivo é que os usuários atuem como uma identidade única e consistente, à qual todas as suas atividades sejam indexadas. Aadhaar manda cumprimentos.

Governo e NSA leram com

É claro que o governo indiano não quer que as instituições privadas sejam as únicas a utilizar a engenhosa infra-estrutura de vigilância que criou. Os autores do BIS escrevem, em gritante ingenuidade, que o governo deveria estar muito relutante em olhar para os dados dos seus cidadãos, que agora estão se tornando tão facilmente acessíveis. No entanto, eles se sentem obrigados a mencionar, pelo menos brevemente, que o governo não dá muita atenção a tais recomendações:

Mais recentemente, a lei indiana de protecção de dados pessoais (República da Índia (2018)) desencadeou um debate e uma discussão consideráveis.

Na verdade, uma disposição da lei é que o governo central pode isentar qualquer agência governamental das restrições da lei por razões de segurança nacional, ordem pública ou relações amigáveis com Estados estrangeiros (leia-se: pedidos da NSA). Por este motivo, o projecto de lei, tal como revisto em 2019, foi adoptado pelo Juiz B. N. Srikrishna, o autor da lei original, criticou-a por transformar a Índia num "estado orwelliano".

O projecto de lei está actualmente a ser analisado pelo Parlamento indiano.

Como a China está se transformando rapidamente em um estado de vigilância de alta tecnologia e a Índia está seguindo o mesmo caminho, quase metade da população mundial logo estará vivendo sob tais condições. O que falta é provavelmente a metade do que a Europa quer contribuir.

A Europa vai na mesma direcção...

Na Europa, a legislação sobre privacidade requer uma abordagem mais cautelosa e indirecta. Mas os elementos da abordagem indiana já são visíveis na diretiva da UE PSD2, a Diretiva de Serviços de Pagamento. Isto requer que os bancos compartilhem as informações de sua conta com outros prestadores de serviços financeiros (do Vale do Silício) se os clientes concordarem com este compartilhamento de dados. Ao exigir a autenticação de dois factores, a directiva torna quase obrigatória a utilização de identificação biométrica pelos bancos. Isto cria as condições para a construção de um sistema de bases de dados biométricos interligadas de quase todos os cidadãos com intercâmbio de dados sem descontinuidades para dados financeiros. O acesso do governo a todos estes dados também está garantido, uma vez que o sigilo bancário já foi largamente abolido.

... e Washington está feliz.

Como na Índia, tudo isto é feito com o forte envolvimento das empresas americanas de TI e serviços financeiros, que são legalmente obrigadas a partilhar os seus dados com a CIA e a NSA mediante pedido, onde quer que os armazenem.

Por ser tão bonito, gostaria de citar novamente Bill Gates, fundador e ex-chefe da Microsoft, do meu livro "Beautiful New Money" de 2015:

É uma coisa maravilhosa entrar num país e construir um amplo sistema de identificação. A Índia é um exemplo interessante. Ali, o sistema Aadhaar, um número de identificação de doze dígitos apoiado em características biométricas, está se tornando onipresente, especialmente em todo o país. Pretendemos usar esta identificação de tal forma que se você quiser ter algum serviço público, por exemplo, ir a um consultório médico, poderemos usar esta identificação para acessar seus dados de saúde muito rapidamente. Quando você se muda de uma parte do país para outra, você será rastreado e servido.)

Este post apareceu pela primeira vez no blog em 18.02.2020: [Geld und mehr](#)

+++

Obrigado ao autor pelo direito de publicar.

+++

referência da foto: [photocosmos1](#) / shutterstock

+++

KenFM esforça-se por um amplo espectro de opiniões. Os artigos de opinião e as contribuições dos convidados não têm de reflectir a opinião da equipa editorial.

+++

Gostas do nosso programa? Informações sobre possibilidades de suporte aqui:

<https://kenfm.de/support/kenfm-unterstuetzen/>

+++

Agora você também pode nos apoiar com Bitcoins.



18FpEnH1Dh83GXXGpRNqSoW5TL1z1PZgZK

BitCoin endereço: